

CLIPPING IMPRESSO

17/09/2019



INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	1
1.2. INSTITUCIONAL.....	2
1.3. PUBLICIDADE LEGAL.....	3
2. JORNAL O DEBATE	
2.1. CNJ.....	4
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. ESMAM.....	5
3.2. PRESIDÊNCIA.....	6

TJMA inaugura novas instalações do 1º Centro de Solução de Conflitos

De acordo com o Tribunal de Justiça, unidade disponibiliza serviços jurídicos, de informação e orientação aos cidadãos, incentivando a solução de demandas

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, inaugurou ontem, 16, as novas instalações do 1º Centro Judiciário de Conciliação, instalado no piso térreo do Fórum de São Luís (Calhau). A unidade disponibiliza serviços jurídicos, de informação e orientação aos cidadãos, incentivando a solução de demandas por meio da conciliação e da mediação.

Na oportunidade, o presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, reafirmou o compromisso de gestão de priorizar os projetos voltados para sociedade, dentre eles, os implementados pelo Núcleo de Solução de Conflitos.

“Levar a Justiça mais próxima do cidadão é um dos compromissos prioritários assumidos em nossa gestão. Afinal, aquele que nos paga é quem tem que nos cobrar. Hoje, vejo esse sonho se concretizando com o apoio de toda a Mesa Diretora do Tribunal, dos desembargadores, coordenadores, dos parceiros da Justiça”, pontuou.

Prestigiaram a solenidade o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva; o vice-presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo; a diretora do Fórum, juíza Diva Maria de Barros Mendes; e o promotor de Justiça



Divulgação

Inauguração das instalações do Centro Judiciário de Conciliação

Paulo Pereira dos Santos (Promotoria do Consumidor), representando o procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins.

Estrutura

Com as novas instalações, o Núcleo vai oferecer mais conforto e comodidade à sociedade. Além de sete amplas salas de conciliação, banheiros (adaptados para pessoas com deficiência), copa e recepção, o órgão recebeu investimentos na área de tecnologia, possibilitando a solução de conflitos com o auxílio de serviços de videoconferência, hotline e plataforma digital, além de outros serviços agregados (Expressinho da Cemar, Conciliação do Procon e Defensoria do Consumidor).

O presidente do Núcleo, desembargador José Luiz Almeida, ressaltou que a inauguração das novas instalações representa um marco histórico na Justiça do Maranhão, ao oferecer ambientes e serviços mais dignos à população. “Hoje, prestamos um tributo ao cidadão maranhense, ao consumidor de nossos serviços, que merece receber tratamento e ambiente digno, em nossas instalações. Hoje também é dia de agradecer o apoio incondicional oferecido pela atual gestão do Tribunal, que tem priorizado os projetos sociais da Justiça, inclusive a conciliação”, frisou.

O coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos, juiz Alexandre Abreu, enfatizou a importância da

nova estrutura oferecida à população, inclusive como experiência modelo, agradecendo o apoio de todos os parceiros do órgão, empresas e instituições. “Estamos inaugurando um espaço-modelo para os centros de conciliação do Maranhão e de todo o Brasil, tanto pela estrutura disponibilizada quanto pela diversidade de serviços oferecidos à população. O Judiciário está dando mais passo em direção à cidadania”, pontuou o magistrado.

Dados

Durante o evento, o desembargador José Luiz Almeida divulgou dados referentes ao trabalho promovido pela equipe do 1º Cejusc. Só neste ano, já foram realizadas cerca de duas mil audiências, das quais 900 resultaram em acordo. Segundo ele, os dados evidenciam a importância e o alcance social da conciliação, que tem recebido cada vez mais o apoio de parceiros e da população.

Diversos representantes de órgãos parceiros da Justiça compareceram à solenidade de inauguração do novo espaço do Centro de Solução de Conflitos. O defensor público-geral, Alberto Bastos, parabenizou o Judiciário pelas novas instalações do Cejusc e enfatizou a importância do trabalho conjunto. ●

Integra em oestadoma.com/472685

RÁPIDAS

Abuso de autoridade: OAB emite nota

BRASÍLIA - O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil aprovou, por unanimidade, ontem, nota técnica em que rebate as justificativas apresentadas para os vetos à Lei de Abuso de Autoridade. A Ordem pede a "derrubada integral" dos vetos pelo Congresso, "As justificativas dos vetos são genéricas, abstratas, não apontam concretamente o fundamento jurídico dos vetos".



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico SRP nº 60/2019

Processo nº 20824/2019

Objeto: Registro de Preço para contratação de empresa especializada no fornecimento de peças para equipamentos de segurança utilizados na inspeção de bagagens, tipo Scanner Raio-X; **Abertura:** 30/09/2019 às 10:00h (horário de Brasília-DF); **Local:** www.comprasgovernamentais.gov.br; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; **E-mail:** colicitacao@tjma.jus.br; **Fone:** (98) 3261-6181/6194. São Luís/MA, 13 de setembro de 2019.

Kátia Araujo Gonçalves - Pregoeira TJMA (Uasg 925125).

DECISÃO

Indiferente ao arrocho, o CNJ aprova auxílio-saúde a juízes

BRASÍLIA - Mesmo em um cenário de aperto fiscal, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu regulamentar, na semana passada, o auxílio-saúde a magistrados e servidores das cortes de todo o País. A decisão contempla integrantes ativos, inativos e pensionistas do Poder Judiciário. Os tribunais possuem até um ano para se adequarem à resolução, cujo objetivo é padronizar os pagamentos.

Pelas novas regras, ficam estabelecidas três modalida-

des a serem escolhidas pelos tribunais de Justiça: convênio com planos de saúde (inclusive com coparticipação); serviço de assistência médica prestado diretamente pelos respectivos órgãos; ou reembolso.

No último caso, considerado um tipo de verba indenizatória, o CNJ fixou um limite mensal para o ressarcimento de 10% do salário do magistrado ou do servidor. A quantia é um valor adicional, ou seja, não é somada ao salário do funcionário. Segundo

a resolução, só poderá receber o reembolso o "beneficiário que não receber qualquer tipo de auxílio custeado, ainda que em parte, pelos cofres públicos".

De acordo com o conselheiro Valtércio de Oliveria, relator da resolução, foi determinado um teto para o reembolso devido ao "momento atual de crise financeira e econômica à qual o País atravessa". O objetivo, argumenta em seu voto, é "não embarçar os orçamentos dos tribunais e, a médio prazo, pos-

sibilitar o gradual incremento de disposição de recursos".

"A saúde de servidores e magistrados não pode ser vista como fator dissociado das funções ordinárias e institucionais do quadro humano que compõe o tribunal. Deve ser compreendida em um espectro de maior envergadura com o fim de ser apta a proporcionar ideais condições psíquicas e físicas para o desempenho das funções dos cargos", justificou o relator.

Rapidinhas

- 104 servidores do TJMA, profissionais e acadêmico de faculdades parceiras do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Soluções de Conflitos (Nupemec) foram treinados em agosto e setembro para atuarem como conciliadores e mediadores judiciais no estado.
 - A formação é gratuita e promovida pela Escola Superior da Magistratura (Esmam). De 2014 a 2019, a instituição capacitou 1.189 candidatos aptos para desenvolver atividades nos núcleos de conciliação e mediação da justiça estadual.
-

Kátia Persovisan

katiapsv@hotmail.com • contato@katiapersovisan.com.br

Curta o facebook: <https://www.facebook.com/persovisan>

Blog: <http://blog.jornalpequeno.com.br/persovisan/>

CONTEXTO



“Levar a justiça mais próxima do cidadão é um dos compromissos prioritários assumidos em nossa gestão. Afinal, aquele que nos paga é quem tem que nos cobrar. Hoje, vejo esse sonho se concretizando com o apoio de toda a Mesa Diretora do Tribunal, dos desembargadores, coordenadores, dos parceiros da Justiça”, pontuou o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo